

PATRULHA NAVAL E AS ÁREAS SENSÍVEIS DA PLATAFORMA CONTINENTAL

JOSÉ LUIZ FEIO **OBINO**
Vice-Almirante (Ref²)

SUMÁRIO

Introdução
Acordos internacionais
Defesa de plataformas
Patrulha naval
Estratégia Nacional de Defesa
Ação política e conclusão

INTRODUÇÃO

A Patrulha Naval requer meios dos mais variados, conforme indicado pelo exame corrente da situação. A Patrulha Naval, a cargo dos Comandos dos Distritos Navais, é uma tarefa permanente da Marinha.

É claro que ela sempre foi feita com os meios distritais disponíveis. A fiscalização do Mar Territorial e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) era feita, há cerca de 40 anos, por corvetas da classe *Imperial Marinheiro* e rebocadores da classe *Tritão*, visando registrar a passagem inocente de navios

N.R.: O autor foi comandante da Força de Submarinos, chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais, comandante do 4º Distrito Naval e diretor de Portos e Costas.

N.A.: O artigo, publicado no site <http://www.mphp.org/>, foi atualizado para publicação na *RMB*.

mercantes e impedir a presença da pesca estrangeira, não autorizada, como de navios de pesquisa. Quando os Distritos Navais necessitavam de meios com maior armamento e velocidade, recorriam ao escalão superior para disporem de meios da Esquadra. Quando se tratava de uma questão mais séria, como foi a da Pesca da Lagosta, em 1963, a Marinha mobilizou a Esquadra, deslocando para o Saliente Nordeste o cruzador, contratorpedeiros, submarino e outros navios de apoio.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Com a nossa adesão à Convenção da Jamaica, o Brasil passou a se preocupar mais com a fiscalização do Mar Territorial, da Zona Contígua e da Zona Econômica Exclusiva. A destinação dos *royalties* do petróleo para a Marinha decorreu da ampliação das tarefas de patrulha que exigiam maior quantidade de meios, tanto para patrulha como para combate.

Uma preocupação da Marinha, mesmo antes da aprovação da Convenção da Jamaica, era com os campos marítimos de produção de petróleo, que a cada ano se ampliavam. Esses campos passaram, então, a ser patrulhados por navios-patrulha, corvetas e fragatas, cuja frequência dependia da disponibilidade de combustível. Com o orçamento da Marinha reduzido pelos últimos governos, não havia como fazer patrulhas frequentes nas áreas mais sensíveis do Mar Territorial e da Zona Econômica Exclusiva. Somente recentemente o governo começou a mudar as coisas, por causa do Pré-Sal.

DEFESA DE PLATAFORMAS

Outro ponto que mereceu atenção da Marinha do Brasil (MB) foi a defesa de plataformas. Desde meados da década de 70, a MB, por meio dos Distritos Navais, vem estudando a questão e realizando exercícios, a fim de estabelecer uma doutrina de emprego de meios para a defesa de plataformas.

A Naval Postgraduate School, da Marinha americana, em Monterey, Califórnia, tem estudos da década de 70 tratando da defesa de plataformas do Golfo do México. Entretanto, o quadro de lá é bastante diferente do nosso. Lá, os campos ficam em águas rasas,

como os do Mar do Norte, enquanto que a maioria dos nossos fica em águas profundas e os do Pré-Sal no limite da margem externa da Plataforma Continental Brasileira.

PATRULHA NAVAL

A Patrulha Naval, diante da vastidão das águas jurisdicionais brasileiras, precisaria de

todos os meios: aeronaves de patrulha e ataque; navios de superfície pesados e leves, rápidos, com autonomia (de 30 dias); submarinos convencionais e com propulsão nuclear. Não podemos esquecer que a mobilidade de um submarino com propulsão nuclear possibilita cobrir, por tempo ilimitado, uma área patrulhada por até quatro submarinos convencionais. Também é bom lembrar que a taxa de indiscrição de um submarino com propulsão nuclear é praticamente zero, o que não poderá ser dito dos quatro convencionais, que, na melhor das hipóteses, terão cada um, uma taxa de 12 a 14%, sem falarmos no tempo de patrulha, que é limitado pelo combustível.

Não podemos esquecer que a mobilidade de um submarino com propulsão nuclear possibilita cobrir, por tempo ilimitado, uma área patrulhada por até quatro submarinos convencionais

Um bom exemplo que se aplica à patrulha da Amazônia Azul é o caso do afundamento do Cruzador *Belgrano*, em 1982, pelo submarino com propulsão nuclear HMS *Conqueror*, inglês. O afundamento do maior navio da Armada Argentina a obrigou a retornar ao porto, de onde não mais saiu. Os submarinos convencionais argentinos, um *Fleet Type* americano e dois IKL 209 1200, pouco fizeram. Apenas um deles (IKL 209) tentou atacar a Força Naval inglesa, mas sem sucesso, por problemas no sistema de combate e nos torpedos, que não funcionaram. Foram problemas de manutenção e treinamento.

O submarino é, no presente, a maior arma de dissuasão que um país pode ter. Caso seja com propulsão nuclear, essa dissuasão é potencializada e sua capacidade é, ao meu ver, bem maior que a de uma força de patrulha de superfície.

O submarino é uma arma “puramente” ofensiva, porque foi concebido desde a sua origem como tal. Ademais, é diferente dos outros meios, porque opera oculto. Sua vulnerabilidade é baixíssima, ao passo que a dos meios de superfície é altíssima. Não podemos nos esquecer que a ocultação é a sua autodefesa.

Assim, vejo o submarino com propulsão nuclear como uma arma indispensável para a defesa da nossa Amazônia Azul.

É sempre bom lembrar que a melhor defesa é o ataque

Enquanto esperamos pelas construções de submarinos, bem como pela de navios-

patrulha de 500 e 1.800 toneladas, com maior autonomia, e de novas fragatas (substitutas das classes *Niterói* e *Greenhalgh*), a MB e, portanto, o País, terá que prover a patrulha com os meios que o Brasil nos deu até hoje. Se a manutenção melhorar e a modernização dos submarinos *Tupi*, das corvetas classe *Inhaúma* (projeto nacional) e das fragatas 22 deslançar, com recursos dos *Royalties*, que sempre foram “confiscados” da Marinha pelo Governo Federal para pagar a dívida da União, poderemos aumentar a

disponibilidade de meios, com armamento moderno, para a patrulha de nossa ZEE. Por enquanto, só nos cabe empregar a Força Naval que a sociedade civil nos permitiu ter.

As opções para a obtenção de meios, diante dos desafios de custo e tecnológico, são algo complicado, depois do atraso que o governo, desde

1990, nos impôs. A construção de navios-patrulha é de cerca de dois anos, a de submarinos de 4/5 anos e a de fragatas de 4/5 anos. As modernizações podem ser de 6 a 36 meses. Hoje, a MB terminou a modernização das fragatas MK 10 e a construção da Corveta *Barroso*. Há que se considerar que o Submarino *Tupi* vai dar baixa em 2014, o *Tamoio* em 2019, o *Timbira* em 2021 e o *Tapajó* em 2023. Quando o primeiro *Scorpene BR* ficar pronto, estará na hora de o Submarino *Tupi* dar baixa do serviço ativo da Marinha. Logo, o pacote de construção dos quatro submarinos convencionais franco-brasileiro não é nada absurdo, como parece para a imprensa, já que eles

**O submarino é,
no presente, a maior arma
de dissuasão que um país
pode ter**

★ ★ ★

**Vejo o submarino com
propulsão nuclear como
uma arma indispensável
para a defesa da nossa
Amazônia Azul**

irão substituir os quatro submarinos da classe *Tupi*, em final de vida.

Desse modo, a opção mais adequada para a MB foi começar pela compra de helicópteros A/S, SH-60 americanos (os SH-3 estão em fim de vida), helicópteros de emprego geral franceses, revitalização das aeronaves A-4 (problemas de aviãoica e turbinas) e construção dos submarinos concomitantemente com a construção de navios-patrolha, cuja ênfase, no meu entender, deve ser para os de 1.800 com plataforma para helicópteros (maior autonomia e varredura de horizonte), modernização das corvetas, fragatas 22 e do Navio-Aeródromo *São Paulo*.

No momento, a defesa da Amazônia Azul só poderá ser feita com vários navios de superfície leves (os navios-patrolha *Grajaú* de 250 têm uma autonomia de sete dias; logo, 4/5 dias na zona de patrulha – não os considero adequados) e submarinos convencionais. Mas a Marinha tem empregado, aleatoriamente, fragatas e corvetas com seus helicópteros orgânicos. A questão é estabelecer as áreas prioritárias. Certamente, a Baía de Campos é a mais prioritária de todas, e a Marinha tem procurado fazer a sua patrulha com navios de superfície, dentro da disponibilidade de combustível, que é o elemento crítico da patrulha naval. Número de navios, frequência e duração das patrulhas, nos campos petrolíferos marítimos, são função desse elemento vital.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A Estratégia Nacional de Defesa (END) não fala em ameaças, só em hipóteses de emprego,

e não as explicita. Mas quando falamos em Defesa, temos que pensar em ameaça. Temos que ser claros nas nossas posições. Sem falar em ameaças, não temos como determinar as nossas necessidades de meios. Logo, a END é omissa, pois só fala em meios necessários. Mas qual deve ser a quantidade deles?

As minhas reflexões sobre as necessidades de meios da Marinha passam pela avaliação das possíveis ameaças existentes, ou passíveis de ocorrência. Atualmente, as ameaças, dentre as mais factíveis, ao meu ver, assim podem ser resumidas:

- contencioso com as grandes potências, por razões econômicas, comerciais e políticas;

- intervenção na Amazônia por países não pertencentes à América do Sul ou por

organismos internacionais;

- invasão da Amazônia por países fronteiriços;

- pirataria (uma realidade na Amazônia, por *gangs* nacionais);
- narcotráfico, con-

trabando, descaminho e violação das leis federais; e

- convulsão interna.

O Governo – Ministério da Defesa – hoje pensa em conceder ao Exército e à Marinha o poder de Polícia, a exemplo do que foi concedido à Aeronáutica com a Lei do Abate, para se contrapor a certas ameaças.

AÇÃO POLÍTICA E CONCLUSÃO

O comandante da Marinha tem sido incansável na defesa dos interesses da Força, se engajando pessoalmente no trato das questões de seu Comando. Ele não tem recusado dar entrevistas a jornais e televisões sobre os assuntos da Marinha, prin-

Sem falar em ameaças, não temos como determinar as nossas necessidades de meios

principalmente os mais polêmicos. Tem comparecido a todas as audiências públicas no Congresso e tem feito palestras com debates na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e em outras entidades privadas. Quando ausente, sempre se faz representar pelo chefe do Estado-Maior da Armada, ou por um de seus diretores-gerais. Assim sendo, há um diálogo com a sociedade, de forma franca e corajosa, e a defesa das posições da Marinha com profissionalismo, determinação e entusiasmo. A Marinha, na sua Administração, sempre se adiantou aos acontecimentos. Um

bom exemplo foi a END. A Marinha participou de todas as discussões. O único ponto que não atendeu às pretensões da MB foi a questão do navio-aeródromo *versus* navio de propósitos múltiplos.

A END, de certa forma, colocou bem as necessidades de meios da Marinha para o cumprimento das suas tarefas básicas, de modo a permitir a Patrulha Naval indispensável à fiscalização do Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental brasileira. Resta à Marinha do Brasil, agora, quantificar os meios para atender à sua missão constitucional.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Patrulha; Estratégia; Relações Internacionais; Defesa;

Av. Alfred Agache, s/nº – Centro.
Aberto de terça a domingo, de 12h às 17h.
Entrada franca.



Lutei na 2ª Guerra, e hoje dou testemunho da participação do Brasil

Eu sempre gostei de aventuras. Singrar os mares foi o meu destino. Participei de acontecimentos históricos. Estive em ambientes hostis, onde realizei várias missões – de apoio no transporte de tropas e patrulhamento em zona de guerra; também participei de comboios. Tive uma vida repleta de emoções.

Sou um imigrante, mas hoje posso dizer que sou brasileiro. Era um garoto quando cheguei no Brasil, e aqui ajudei a fazer a história desse imenso país em mares distantes. Eu era da Marinha americana, mas em agosto de 1944 vim transferido para a Marinha do Brasil, e com ela lutei na Segunda Guerra Mundial. Quando terminou o conflito, fui trabalhar na Flotilha de Contratorpedeiros, depois no Esquadrão de Avisos Oceânicos, onde continuei a cumprir importantes e diversificadas missões.

O tempo passou, foram 40 anos de atividade. Naveguei 295.405 milhas, 1.423 dias de mar. Mas me sinto ainda jovem, com muito por fazer. Por isso decidi não parar. Claro, tive que me adaptar aos novos tempos, fazer algumas mudanças.

Como bom marinheiro, gosto de contar histórias. E esta é a minha atividade hoje. Dou testemunho da contribuição brasileira à vitória dos Aliados. Se você quiser saber mais sobre mim e daquele que foi um dos mais importantes eventos do século XX, venha me visitar. Estou atracado no Espaço Cultural, esperando por você.



Navio-Museu Bauru – uma Exposição Permanente sobre a participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial.